

## A Política de Segurança

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Depoimento para a Comissão Teotônio Vilela, publicada  
em Paulo Sergio Pinheiro e Eric Braun, orgs. (1986)  
*Democracia x Violência. Reflexões para a Constituinte.*  
Rio de Janeiro: Paz e Terra: 151-153.

Existe um discurso autoritário e de direita sobre a segurança, que pretende resolver os problemas de violência com mais violência - com a pena de morte, a tortura, o esquadrão da morte, o total desrespeito aos direitos humanos de criminosos ou eventuais criminosos. Mas existe também um discurso romântico e de esquerda sobre a violência, que considera a segurança um problema principalmente dos ricos que desejam se defender dos oprimidos, que condiciona a solução dos problemas de segurança à solução das desigualdades sociais, que considera a polícia sempre autoritária e corrupta, que imagina que basta moralizar a polícia e educar os criminosos para resolver todos os problemas.

O discurso autoritário, utilizado exaustivamente no Brasil durante tantos anos, é injusto, arbitrário - e ineficiente porque desmoraliza a polícia. O discurso romântico, embora baseado em observações gerais corretas sobre o funcionamento das sociedades capitalistas, e não obstante seja pleno de boas intenções, é também ineficiente porque ignora que os principais prejudicados com a falta de segurança são os pobres, as mulheres, os mais fracos, porque não compreende e não respeita a natureza contraditória da corporação policial, porque é otimista ou ingênuo em relação à ação e à possibilidade de recuperação dos criminosos.

Para um governo democrático e progressista encontrar o justo caminho entre essas duas posições polares é extremamente difícil. Não há dúvida que o fim último da polícia, ou mais amplamente, do sistema repressivo é garantir as relações de produção dominantes, vale dizer do capitalismo. Mas no curto prazo, no dia-a-dia, os ricos estão protegidos por guardas particulares, por automóveis que os deixam dentro de suas garagens, enquanto os pobres estão sendo roubados, furtados, estuprados, assassinados quando caminham desprotegidos pelas ruas. Não há dúvida de que se a desigualdade social fosse menor, o número de crimes seria muito menor. Mas é inviável esperar a solução do problema social para reduzir a insegurança dos cidadãos.

Cabe ainda lembrar, por último, outro desdobramento da ênfase na segurança, referente ao aumento de pessoal. O pessoal efetivo das Polícias Militar e Civil aumentou tão somente em 1.948 elementos entre 1979/82, número que salta para 9.046 em 1983/86.

É importante ressaltar que, tão absurda quanto a afirmação de que o atual governo do Estado não cuidou da segurança, é a tentativa de responsabilizar pelo problema a Secretaria da Justiça do Estado ou, mais especialmente, o desempenho do dr. José Carlos Dias nos três anos e cem dias em que esteve à frente dessa pasta. Para começar, o óbvio: não é a Secretaria da Justiça que prende ou solta, nem lhe cabe fazer policiamento, preventivo ou repressivo.

Por outro lado, alguém sensato e de boa fé poderia afirmar que um eventual tratamento mais adequado aos presos teria aumentado o crime fora das prisões? Salta aos olhos, ao contrário, que com prisões inumanas e presos em estado perene de revolta, a insegurança só tenda a aumentar, pois aumenta o risco de rebeliões e fugas, e aumenta, em conseqüência, a necessidade de desviar recursos policiais para a repressão aos presos, diminuindo os efetivos disponíveis para a prevenção e a repressão ao crime nas ruas.

A essência dos objetivos perseguidos pelo antigo secretário da Justiça foi fixada pelo governador Montoro e pelo PMDB: 1 - procurar impedir que as prisões sejam (como ainda continuam sendo) escolas do crime, onde um trombadinha, depois de um estágio de poucas semanas, transforma-se num assassino potencial; 2 - aumentar o número de vagas nas prisões, condição essencial para cumprir o objetivo anterior e para reter os criminosos, inclusive transferindo-os das delegacias, onde são alojados, em condições excessivamente precárias e constituem obstáculo à ação propriamente policial.

Para variar, o governo anterior deixou sua marca extremamente negativa nessa área, pois em quatro anos

aumentou o número de vagas efetivas existentes nos presídios em apenas 954 unidades. Os investimentos da Secretaria da Justiça, como um todo, foram exíguos no governo Maluf, corroendo violentamente as condições do setor.

No curto prazo, a estratégia fundamental para combater a violência e aumentar a segurança está, de um lado, em prestigiar e aumentar o contingente policial preventivo; está em colocar polícia na rua com autoridade e em aumentar o número de celas onde os criminosos possam ser recolhidos. De outro lado, está em limitar os eventuais abusos de autoridade que esta polícia possa cometer, utilizando para isso freios de caráter administrativo e o próprio Poder Judiciário. Em certos momentos, como no incidente de Leme, alguns policiais, provocados e sob estado de tensão, se excedem. É preciso puni-los. Nenhuma provocação justifica o uso de armas de fogo contra os manifestantes. Mas é essencial não confundir os policiais criminosos com a instituição policial. Esta precisa ser prestigiada para que possa realizar seu trabalho.

Considerar a polícia essencialmente corrupta ou essencialmente autoritária, e pretender reformá-la de alto a baixo, como o faz a esquerda romântica, é um enorme equívoco. Há corruptos e há autoritários na polícia, mas generalizar essa afirmação, além de ser injusto, é contraproducente porque leva à paralisação da própria ação policial.

A tarefa da Polícia Civil ou Militar é extremamente difícil. Ela deve manter a ordem, cumprir a lei, conter a violência, prender os criminosos. Nem sempre cada policial consegue realizar sua tarefa com a competência, com a serenidade, com a isenção e mesmo com a honradez exigidas. Mas se a polícia não for respeitada e prestigiada enquanto corporação, ao mesmo tempo que é constantemente aperfeiçoada, ela não poderá realizar seu trabalho, e não será possível aumentar a segurança dos cidadãos.